



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

HELIZA ANTÓNIO CÓ

**REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR E NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: DESAFIOS E
CONQUISTAS (2014-2023)**

Acarape/CE

2025

**REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR E NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: Desafios e
Conquistar 2014-2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dr.^a Janaina Campos Lobo

Redenção/CE

2025

LISTA DE SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
PAIGCV	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PRS	Partido da Renovação Social
PALOPs	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesas
MIGUILAN	Mindjeris Di Guine No Lanta (Mulheres Da Guine, Levantemo-Nos)
MSD	Movimento Social Democrático
MADEN-G15	Movimento para a Alternância Democrática, Grupo dos 15
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UDEMU	União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau
ONU	Organização das Nações Unidas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz em Guiné Bissau

AGRADECIMENTOS

A gratidão pode ser entendida como um hábito saudável para quem sabe viver e fazer do agradecimento uma forma de conservar amizades, conquistando novos horizontes, família e amigos. Portanto, agradeço profundamente aos meus pais pelo apoio incondicional nos meus estudos desde a infância, o que contribuiu para que eu chegasse ao ensino superior. Dedico este trabalho especialmente à minha mãe, que infelizmente já se foi. Também dedico para a minha querida irmã Betinha António Có Câmara, que desempenhou o papel de mãe e irmã, cuidando de nós com tanto carinho e amor. Agradeço também aos meus irmãos Henrique Gomes Có e Francelino Gomes Có pelo apoio moral e motivação ao longo desta caminhada acadêmica e nos momentos de incerteza, certeza, lágrimas, medo, solidão etc. Se hoje estou aqui para realizar os meus sonhos devo isso a vocês que ascenderam imensamente a qualidade final, minha família, amo-vos de maneira que não consigo encontrar as palavras para descrever.

Agradeço à professora Dr^a. Janaina Campos Lobo pela orientação deste trabalho. E pela sua simpatia e seu método de ensino que consegue cativar o interesse aos estudantes na sala de aula e por outro lado, sua paciência, dedicação e disponibilidade. És exemplo, um espelho que a sociedade precisa. Sem esquecer de agradecer a Julmira Mendes e Fernanda Cá pelo acolhimento desde o primeiro dia que eu cheguei aqui no Brasil. Vivemos momentos inesquecíveis que serão eternos em mim. Por fim, agradeço ao colega Quinito da Silva por compartilhar suas experiências comigo durante a produção deste trabalho e por seu constante apoio e encorajamento.

Meu muito obrigada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira "UNILAB-CEARÁ", a todos e a todas equipes, servidores/as etc.

HELIZA ANTÓNIO CÓ

**REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR E NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: Desafios e
Conquistar 2014-2023**

Aprovado em 3 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Orientadora. Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Examinadora: Doutoranda Bininba Djata

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Examinador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Sumário

1. Apresentação	7
2. DELIMITAÇÃO.....	9
3. PROBLEMA DE PESQUISA	10
4. OBJETIVOS	12
4.1- OBJETIVO GERAL.....	12
4.2 -OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
5. HIPÓTESES	13
6. JUSTIFICATIVA	14
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
7.1 CONCEITO DA POLÍTICA.....	17
7.2- REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES EM ALGUNS PAÍSES DE PALOP's: CABO- VERDE E MOÇAMBIQUE	18
7.3 DESAFIOS DAS MULHERES GUINEENSES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR	21
7.4 PRESENÇA FEMININA NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA GUINÉ-BISSAU	26
8. METODOLOGIA	29
REFERÊNCIAS	31

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar a representatividade política das mulheres na Guiné-Bissau entre os anos de 2014 a 2023, analisando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo desse período. O estudo examinará os seguintes eixos: a representatividade feminina na Assembleia Nacional Popular e no Tribunal de Justiça nos cargos eletivos e os desafios e conquistas dessa representatividade em níveis nacional, regional e local; a influência das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero; e as barreiras culturais e sociais que dificultam uma maior participação das mulheres na política guineense.

A Guiné-Bissau, é localizada na costa da África, possui uma extensão territorial de 36.125 km² e uma população estimada em cerca de dois milhões de habitantes (Knoema, 2021). O país faz fronteira com o Senegal ao norte, com a Guiné-Conacri ao sul e leste, e é banhado pelo Oceano Atlântico a oeste. Destaca-se por sua rica diversidade étnica, composta por mais de 20 grupos distribuídos em diferentes regiões, com distintas culturas, línguas, crenças e costumes. Embora o português seja a língua oficial, a maioria da população se comunica em crioulo guineense, além de outras línguas de origem étnica. Segundo a Aneme (2018), o território nacional é dividido em uma parte continental — que compreende cerca de 470 mil hectares, dos quais 15% são considerados áreas protegidas — e uma parte insular, formada pelo arquipélago dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus, dos quais apenas 21 são habitados.

Administrativamente, a Guiné-Bissau é dividida em províncias e regiões, tendo Bissau como capital. Segundo Daramé (2023), o sistema político do país é semipresidencialista, com o Presidente eleito para um mandato de cinco anos e o Primeiro-Ministro para um mandato de quatro anos, ambos escolhidos por meio do voto popular. O poder é dividido entre os três grandes ramos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Sob o regime desse tipo de governo, as mulheres foram, em muitas circunstâncias, afastadas da política administrativa, (Bininba Djata 2018).

A independência foi proclamada em 1973, na localidade de Madina de Boé, ao sul do país, e reconhecida oficialmente por Portugal em 1974. No entanto, após a independência, a Guiné-Bissau enfrentou um período de regime de partido único, seguido por sucessivos golpes de Estado e episódios de instabilidade. O sistema multipartidário foi introduzido em 1991, mas a instabilidade política permaneceu como uma marca constante da trajetória política do país.

Desde a independência, somente um presidente José Mario Vaz que conseguiu concluir seu mandato, os restantes devido as disputas de poder e à forte influência de alianças militares, isso também interfere diretamente na representatividade das mulheres. A esse respeito, Ié observa que:

“Todos esses problemas são vistos como disputa de poder entre atores políticos: muitas vezes um político não consegue se eleger democraticamente, então busca meios ilícitos ou recorre às Forças Armadas para conseguir uma aliança militar. Isso vem ocasionando ao longo deste regime “democrático” constante instabilidade política no país” (Ié, 2019, p. 4).

É importante destacar que essas alianças militares têm contribuído para a instabilidade política do país. No que diz respeito à representatividade feminina na política, observa-se um cenário marcado por intensas desigualdades de gênero na sociedade guineense. Apesar disso, as mulheres tiveram um papel fundamental na luta pela independência, participando ativamente das guerrilhas e na organização do PAIGC, como será apresentado a seguir, a partir da discussão trazida por Artemisa Monteiro (2013, p. 200):

“As mulheres bissau-guineenses foram coadjuvantes na engenharia da luta de libertação, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases de luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, através da criação de grupo de milícias femininas. Em outras palavras, as mulheres tornaram necessária a política de organização do PAIGC para o desenvolvimento da luta de libertação nacional”.

O papel desempenhado pelas mulheres na luta de resistência liderada pelo PAIGC foi essencial para a estratégia do movimento e constitui um dos pilares que contribuíram para a conquista da representatividade feminina no cenário político guineense. Longe de ocuparem posições secundárias, as mulheres tiveram uma participação ativa e estratégica, o que exigiu do partido uma política de organização voltada para sua inclusão. Sua contribuição não foi um mero complemento, mas um elemento decisivo para o fortalecimento e o êxito da luta pela independência.

2 DELIMITAÇÃO

Este trabalho tem como foco a análise da representatividade política das mulheres na Guiné-Bissau, no período compreendido entre 2014 a 2023 — intervalo delimitado pelas eleições gerais (presidenciais e legislativas de 2014 com a legislativa de 2019) e pelas eleições legislativas de 2023. O estudo investigará o papel desempenhado pelas mulheres na tomada de decisões políticas, sua presença em cargos de poder e as barreiras enfrentadas no contexto político guineense.

Além disso, serão examinadas as iniciativas e políticas públicas implementadas para fomentar a participação política feminina, bem como as expectativas geradas por essas ações na sociedade guineense. A pesquisa também pretende refletir sobre os desafios persistentes no cenário político do país, com o objetivo de compreender melhor a realidade local e identificar estratégias viáveis para fortalecer a representatividade das mulheres na política nacional.

Importante mencionar que na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, (UNILAB), diversos trabalhos foram desenvolvidos sobre essa temática. Cito, especialmente, os projetos e trabalhos de conclusão de curso de Bininba Djata (2018) e Mariato Ferreira (2024) que apresentam ideias brilhantes sobre a desigualdade de gênero nas diferentes instituições e perspectivas na Guiné-Bissau. Além disso, Djuairato Djaló (2023), que explora as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na Guiné-Bissau, em particular nos ambientes de tomada de decisão. Também é relevante mencionar as contribuições de Paulo Té e Artemisa Monteiro (2024), que enriquecem ainda mais essa discussão. Ana Sofia (2014), em seu trabalho 'A rádio como instrumento pedagógico de difusão dos direitos humanos: a mobilização política da mulher guineense', destaca a rádio como ferramenta de desenvolvimento, abordando a participação da mulher na política e o papel das organizações governamentais e não-governamentais nesse processo. Esses autores vão fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre sua participação no cenário político do país.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

A Guiné-Bissau, assim como muitos países africanos, enfrenta o desafio da sub-representatividade feminina na política. Patrícia Gomes (2016) fez, a reflexão sobre o futuro da Guiné-Bissau e de outras nações africanas, o percurso das mulheres e a narrativa histórica africana. Ela identificou a importância de resgatar as histórias silenciadas na contemporaneidade da Guiné-Bissau, especialmente as das mulheres protagonistas nos movimentos de libertação. Embora as mulheres representem a maioria da população guineense, elas ainda ocupam apenas uma parcela limitada dos espaços de tomada de decisão, como nas listas partidárias para deputadas na Assembleia Nacional Popular, no Supremo Tribunal de Justiça e nos cargos executivos do governo. Diante desse cenário, surgem questões centrais: quais são os principais desafios para a representatividade das mulheres na política guineense? E quais caminhos podem ser trilhados para superar as barreiras que dificultam o acesso feminino aos espaços de decisão política e pública?

A Guiné-Bissau carrega os legados da opressão colonial, período que deixou marcas profundas de violência social, econômica e simbólica. Um desses legados é o patriarcado — sistema que continua a bloquear e oprimir a atuação das mulheres, restringindo sua criatividade, autonomia e oportunidades. Nesse contexto, a questão da representatividade feminina deve ser compreendida como um problema estrutural, inserido em uma conjuntura social mais ampla.

Desde a infância, muitas meninas enfrentam desafios como a falta de acesso e permanência na escola, violência doméstica, abuso sexual, casamentos forçados, gravidez precoce, entre outros fatores ligados a práticas culturais e tradicionais. Em uma sociedade multiétnica como a guineense — com mais de 20 grupos étnicos —, algumas dessas práticas discriminatórias estão profundamente enraizadas, dificultando o avanço da emancipação feminina. Por isso, o debate sobre representatividade precisa também considerar os contextos comunitários e as dinâmicas locais, onde muitas das opressões são reproduzidas cotidianamente.

Como afirma Flávia Biroli (2017), o problema político enfrentado pelas mulheres não se deve à falta de esforço individual, mas às instituições, estruturas e relações de poder que historicamente as colocam em posições de desvantagem. Nesse sentido, a representatividade não se resume ao número de mulheres em cargos políticos, mas à transformação das condições que limitam sua participação plena.

Ângela Davis sintetiza essa perspectiva ao afirmar: *“Não aceito mais as coisas que não posso mudar. Estou mudando as coisas que não posso aceitar.”* Essa frase expressa uma

postura de resistência ativa diante das injustiças, ressaltando a importância da ação política para transformar a realidade das mulheres.

Embora seja evidente a capacidade das mulheres para ocupar espaços políticos, a estrutura social e institucional da Guiné-Bissau ainda impõe barreiras significativas à sua plena representatividade. Ao observar outros países africanos de língua portuguesa, como Cabo Verde e Moçambique, percebe-se que essas nações têm avançado no enfrentamento da sub-representação feminina nos cargos políticos. Entretanto, a Guiné-Bissau, mesmo após a proclamação da independência em 1973 e a adoção da Lei de Quotas em 2018, continua a conviver com profundas desigualdades de gênero.

Diante desse cenário, este estudo propõe-se a investigar quais são os caminhos percorridos pelas mulheres guineenses para ingressar e permanecer na política. A trajetória da representatividade feminina tem sido marcada por inúmeros obstáculos, o que evidencia uma luta contínua diante de estruturas que historicamente excluem as mulheres da esfera pública.

Assim, o presente trabalho busca responder a uma questão central: quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres para se manterem na vida política da Guiné-Bissau? Ao explorar essa problemática, pretende-se contribuir para o debate sobre a consolidação democrática e a promoção da igualdade de gênero no país.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o impacto da representatividade política das mulheres na Assembleia Nacional Popular e tribunal de justiça de Guiné-Bissau, através dos desafios e conquistas de 2014 a 2023.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever os principais desafios institucionais, culturais, partidários enfrentados pelas mulheres nos principais órgãos de tomada de decisões políticas na Guiné-Bissau;
- Analisar a representatividade das mulheres na esfera política cotas, número de carreiras, liderança em comissões guineense;
- Identificar os impactos dessa representação na formulação de políticas públicas e na promoção da igualdade de gênero.

5 HIPÓTESES

Para esta pesquisa, aponto duas hipóteses a serem investigadas. Tais hipóteses orientarão o desenvolvimento do trabalho:

- 1) A falta de representatividade feminina na política guineense está intimamente relacionada à persistência de normas culturais profundamente enraizadas, as quais têm raízes nos efeitos da colonização e nos estereótipos de gênero que limitam o acesso e a participação das mulheres nesse campo. A estrutura política e social ainda reflete uma visão tradicional e patriarcal, que reduz as mulheres a papéis secundários, dificultando sua inserção nas esferas de decisão.
- 2) Além disso, a representatividade das mulheres na política da Guiné-Bissau é fortemente impactada pela escassez de recursos financeiros, pela falta de redes de apoio adequadas e pelo acesso limitado à educação.

6 JUSTIFICATIVA

A representatividade política das mulheres na Guiné-Bissau é uma questão que me toca profundamente, tanto pela minha vivência pessoal quanto pelos valores que ainda moldam a sociedade guineense. Ao longo dos anos, tenho sido testemunha de diversas situações de violência de gênero e das injustiças enfrentadas pelas mulheres na busca por participação ativa e igualdade de oportunidades na política, especialmente através de suas contribuições em associações comunitárias, juvenis e partidárias.

A questão da ausência da mulher em espaços de poder, ou até o simples ato de ignorar sua presença, remonta a tradições antigas que persistem em diversas sociedades ao redor do mundo. Na aldeia, por exemplo, a expectativa dos anciãos em relação ao casamento e à gravidez é a chegada de um menino, e não de uma menina. Recordo de um caso na minha família que ilustra essa expectativa: o pai, que já havia tido três filhas, aguardava ansiosamente o nascimento de um filho. Ao não conseguir, acabou se casando novamente com a esperança de que sua nova esposa lhe daria o tão esperado menino, que, na visão dele, deveria substituir a figura masculina e garantir a continuidade da governança familiar.

Além disso, vivi outra situação na minha comunidade, em uma pequena organização não-governamental chamada “SAY QUENTE”, que se dedicava a promover a solidariedade, reunindo crianças e mulheres em eventos especiais, como o Natal, Carnaval, o Dia do Trabalho (1º de Maio) e o Dia Internacional da Mulher (08 de Março). No entanto, houve uma polêmica quando o vice-presidente da organização colocou seu cargo à disposição, e uma mulher foi escolhida como vice-presidente interina até o final do mandato. Essa decisão gerou resistência por parte do ex-vice-presidente, que não concordava que uma mulher assumisse a liderança nesse momento.

Esses acontecimentos despertaram em mim um forte senso de urgência e responsabilidade em lutar pela justiça de gênero e na necessidade de ressignificar a autoridade das mulheres, o que me incentivou a me aprofundar ainda mais nesse tema complexo e crucial.

Em muitos países as mulheres representam a maioria da população. Como afirma a União Africana (2021, p.25) “em uma de 44 países, superam a média de 33% em determinado índice, o Níger apresenta o maior que é de (76%)”. A Guiné-Bissau também é um exemplo disso, com uma porcentagem de mulheres superior à de homens. Portanto, suas vozes e visões precisam ser ouvidas, consideradas e devem ser beneficiadas pela igualdade de direitos em relação aos homens, como bem aponta a UNIOGBIS, (2016).

“Apesar de as mulheres representarem (...) 52% da população guineense continuam a sofrer discriminação. A paridade entre meninas e rapazes no sistema de ensino e educação é desigual, posto que a taxa de analfabetismo entre as meninas atinge 76%

enquanto entre os rapazes, 48%. A discriminação é uma realidade na família, na escola e na sociedade.

A citação acima reforça a certeza das informações e, após ter estudado a disciplina Relação de Poder no meu terceiro semestre, comecei a desenvolver uma visão mais ampla sobre a representatividade feminina em diversas sociedades, especialmente na Guiné-Bissau. Minha análise parte de uma percepção política e constitucional, considerando as pautas da lei de paridade, e passa por uma análise crítica da situação atual.

Afinal, por que a questão das mulheres não é uma preocupação central nas comunidades políticas guineenses? Considerando o papel fundamental que elas desempenham nas sociedades, seja no aspecto econômico, político, social ou cultural, elas ainda enfrentam enormes dificuldades para participar ativamente das decisões políticas. Muitas vezes, a sociedade as limita à realização de trabalhos domésticos, como cuidar dos filhos, dos maridos, da casa, e outras tarefas relacionadas.

Este trabalho se justifica pela sua relevância nas Ciências Sociais e Humanas, com foco na reflexão sobre a representação das mulheres na política. Ele também servirá como um suporte bibliográfico para futuras pesquisas que abordem essa temática. A reflexão profunda que será realizada ajudará a sociedade guineense, em particular as mulheres, a entender o impacto de sua sub-representação nesses processos, além de destacar como sua presença no Parlamento pode transformar a dinâmica política. A presença delas não só contribui para reduzir a disparidade nas posições de poder político, mas também funciona como um guia para as gerações futuras, apoiando a construção de uma sociedade mais equitativa e igualitária.

É importante mencionar meu interesse por este tema, por além das contingências históricas da justificativa que marcam Guiné Bissau também há pontos de interesse pessoal e da minha vivência enquanto uma menina que cresceu sob orientação da força masculina. Neste caso, tudo parte da necessidade de buscar compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres exercício pleno dos seus direitos políticos em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero. Embora há mulheres que deram muitas contribuições pelo Estado, mas não são reconhecidas no cenário político, ou seja, não consta na biografia das figuras políticas de Estado guineense, o que mata sua identidade e o seu sonho de liderança. Por serem poucas nas instituições públicas, marginalizadas e desrespeitadas, se analisarmos os percursos das mulheres podemos entender que elas sofrem de forma silenciosa, com medo de se manifestar e exprimir o que passam dentro do seu próprio local de serviço ou lar.

Jamais tinha pensado que as questões sociais das mulheres iriam despertar em mim um interesse nos meus aprendizados acadêmicos e sociais. Por que acreditava que, a repetição da

imagem de meninos como monitores de sala de aula, por exemplo, nos leva a naturalizar sua presença exclusiva nesse cargo. O mesmo acontece com homens em posições de liderança: a repetição nos faz crer que essa é a norma. Porém, eu era menina e ele, menino, e ele foi escolhido (Chimamanda Ngozi, 2015). A situação da autora mencionada aqui, se identificou comigo, passava o tempo inteiro a correr de lado ao outro por entender que fazer tarefa da casa é justamente para meninas e não dos meninos.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta sessão apresenta discussão sobre a representatividade política de mulher guineense nos espaços de tomada de decisão política, partindo do um diálogo com os autores, pesquisadores da temática em causa. Ela está dividida em quatro subseções: como conceito da política; a representatividade política das mulheres em alguns países de palop's: cabo-verde e Moçambique; desafios das mulheres guineenses na Assembleia Nacional Popular e também a presença feminina na Supremo Tribunal de a Justiça.

7.1 CONCEITO DA POLÍTICA

Neste trabalho, apresento alguns clássicos que discutem o conceito de política e sua origem, além de como a sociedade se organiza para tomar decisões relevantes. Partindo dessa questão, a resposta pode ser entendida como a política sendo um sistema que regula a vida humana em grupo social, ou seja, sob o mesmo governo. A política surgiu no início da civilização, tendo sua origem na Grécia Antiga, por volta do século VI a.C. Como afirma Bobbio (2000), o primeiro a falar sobre política foi Aristóteles, reconhecido como um transmissor de influências na obra monumental intitulada *Política*. Ele concordava que a função da política era atingir os bons objetivos, visando os interesses tanto dos cidadãos quanto do Estado, sendo que a relação de poder está diretamente ligada às atividades humanas dentro dos diferentes grupos, que buscam princípios comuns para impor ao outro.

Os gregos antigos concebiam a política como uma forma de pensar, sentir e, principalmente, de se relacionar com os outros. Contudo, o termo “política” passou a ser utilizado para designar as ações de monarcas, parlamentares e ministros, bem como as atividades de indivíduos engajados em disputas pelo poder (Minogue, 1998, p. 15).

Arendt (2002) oferece uma visão diferente, defendendo a política como um espaço de liberdade, fundamentada na pluralidade humana. Embora a política seja frequentemente utilizada para fins de controle social e resolução de conflitos, a liberdade política transcende essas funções. Ela serve como base para a ação e a competência, permitindo que os indivíduos, por meio da interação, construam um mundo comum.

Winter (2006) argumenta que, para Maquiavel, a política não se baseia no ideal cristão de união entre os homens, mas na natureza humana, caracterizada pela constante luta pelo poder. Embora a participação política seja ideal, a realidade social exige que os homens cumpram as leis e se submetam ao Estado. Nesse contexto, os políticos têm o dever de, em certos momentos, agir de forma impopular para garantir a estabilidade do Estado. Por essa razão, “a política passou a ser olhada como um espaço de tomada de decisão para o regulamento

e funcionamento da administração pública de um país, à medida que tem fomentado a atenção da sociedade acerca do lugar da mulher na política”, (Djuairato Djaló, 2023. p.02).

Diante dos conceitos apresentados pelos autores citados, nota-se que nenhum deles define a política como um campo da governança pertencente exclusivamente ao homem. Cada um discute a política de forma universal, entendendo-a como um espaço para todos os seres humanos.

Infelizmente, devido o machismo e as práticas patriarcais, como aponta Bruna Silva (2019), criam arenas de escuta pouco inclusivas, favorecendo grupos hegemônicos. Historicamente, a política foi padronizada como espaço exclusivo para homens, inferiorizando a capacidade das mulheres de ocupar espaços de poder e de tomada de decisões.

7.2 REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES EM ALGUNS PAÍSES DE PALOP's: CABO-VERDE E MOÇAMBIQUE

O objetivo deste tópico é analisar a representatividade política das mulheres em alguns Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), focando-se nos impactos e avanços dessa representação nesses países. A Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, entre outros, são países africanos colonizados por Portugal, e, portanto, compartilham alguns traços históricos, sociais e políticos. Dentre esses países, a Guiné-Bissau foi a primeira a proclamar a sua independência, mas os desafios enfrentados na representatividade feminina são ainda maiores em relação aos outros países dos PALOPs.

Djuairato Djaló (2023) afirma que, desde a antiguidade, o papel da mulher tem oscilado, com as mulheres passando por inúmeras lutas durante séculos para conquistar uma participação mais ativa na política. A autora ressalta que, para compreender o ingresso feminino na política, é necessário levar em consideração as lutas e dificuldades enfrentadas para conquistar, efetivamente, sua participação em espaços que há séculos são dominados por homens. De acordo com essa citação, percebe-se que as mulheres têm percorrido um caminho árduo para garantir a sua representação ativa na política, enfrentando várias barreiras e desafios para sua emancipação.

Salami (2017) complementa essa perspectiva ao afirmar que a luta pela libertação nacional em países como Argélia, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Quênia foi fundamental para a formação do feminismo africano, com mulheres participando ativamente ao lado dos homens na busca pela independência e pelos direitos femininos.

Em Moçambique, a luta pela igualdade de gênero na política é um processo histórico repleto de avanços e desafios. Apesar de o país ter alcançado um alto nível de democratização,

ainda persiste uma disparidade significativa na representatividade política das mulheres. Essa desigualdade é atribuída à cultura patriarcal enraizada nas estruturas familiares e nas relações sociais, com distinções regionais que impactam a vida das mulheres. Além disso, as mulheres moçambicanas também enfrentam estereótipos de gênero no domínio político, resultando na falta de reconhecimento de sua governança (Bauer, 2007; WDR, 2012; e Karberg, 2015).

A trajetória política moçambicana, no entanto, demonstra um avanço na participação feminina nos espaços de poder. No ano inaugural das eleições multipartidárias em 1994, o país registrou um aumento no número de mulheres ocupando cargos de liderança, impulsionado por reformas políticas e pelo crescente protagonismo feminino na tomada de decisões. Conceição (2013, p,32) destaca a greve de “Búzi em 1947, quando cerca de 7.000 mulheres se recusaram a trabalhar no cultivo de algodão, como um marco importante nesse contexto”.

Ela também observa que, após a guerra civil, as mulheres moçambicanas conquistaram a sua liberdade nas primeiras eleições. Esse marco abriu espaço para um debate político sobre os direitos da mulher moçambicana, resultando em um aumento significativo na participação feminina no Parlamento. Como é observado por Barroso (2012), apud Conceição (2013, p, 34), desde as primeiras eleições em 1994 até a legislatura, de que,

“Atualmente, tem-se notado um crescimento numérico significativo da participação política da mulher no país. Segundo dados publicados pelo Governo moçambicano, só ao nível do Parlamento a proporção de assentos ocupados por mulheres no mandato governativo de 2005-2009 foi de 37.2%, representando um aumento na ordem de 2% em relação ao mandato governativo de 1999-2004”.

Também ela falou que de 2004/2009, a presença feminina no poder em Moçambique passou de 25,7% para 35,6%.

Mariato Ferreira (2024) argumenta que, de acordo com o relatório de Mulheres em Parlamentos Nacionais de 2019, Moçambique ocupa a segunda posição entre os países de língua portuguesa em termos de representação feminina no parlamento. A autora destaca que, em 2014, o país registrou uma representação significativa de mulheres, com 39,6% dos votos, o que representa um avanço considerável na participação feminina. A conquista de um maior número de cadeiras legislativas para mulheres no Parlamento moçambicano pode impulsionar o país a liderar o ranking mundial de representatividade feminina entre os países lusófonos. Essa conquista reflete a união e a determinação das mulheres em lutar por seus direitos, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, o compromisso do governo moçambicano com a inclusão das mulheres na esfera política demonstra sua determinação em transformar uma realidade desigual.

Em seguida, a representatividade política das mulheres em Cabo Verde e suas conquistas. Cabo Verde alcançou um marco importante e ocupa a 71ª posição no ranking mundial em termos de representatividade feminina no Parlamento, conforme indicado por Jorge Santos, presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde (fonte: Panapress infoCV, 2019). Embora não existam dados específicos que posicionem Cabo Verde entre os países lusófonos em termos de paridade feminina, é possível afirmar que o país tem avançado consideravelmente na representatividade política das mulheres desde a adoção do sistema multipartidário.

Silveira (2005), apud Camacho (2010, p. 14), observa que, apesar de três décadas de vida política autônoma em Cabo Verde – primeiro sob o regime de partido único e depois sob o regime democrático pluralista – a participação feminina em órgãos eletivos e na vida pública ainda se concentrava, principalmente, em cargos de menor hierarquia. Durante o período do regime unipartidário de 1975 a 1990, a representatividade política das mulheres era ainda mais limitada. ” Em 1975, na Assembleia Nacional, apenas uma mulher foi eleita para ocupar um dos 56 mandatos em disputa, representando apenas 1,6% do total dos eleitos” (Camacho, 2010, p. 31). Esse período inicial ilustra a remota presença feminina, evidenciando não apenas uma barreira histórica para a participação das mulheres na política, mas também a necessidade de políticas públicas e práticas que incentivem uma maior inclusão e representatividade das mulheres em todos os níveis de governança.

Camacho ainda admite que a abertura democrática em Cabo Verde em 1991 garantiu a liberdade de todos os cidadãos, independentemente de sexo, classe social, questões econômicas, culturais e políticas. Esse período permitiu que as mulheres passassem a participar mais ativamente da política, alcançando uma representatividade de 30% em cargos políticos, marcando um importante passo rumo à igualdade na vida pública. No entanto, o autor reforça que,

“Se o direito de participar na vida política, está consagrado na Constituição da República a ambos os sexos, é mais do que justo que as mulheres tenham a mesma oportunidade que os homens e revela-se da ordem dos valores da cidadania, pois, trata-se de uma luta pelo direito e pelo dever que tem as mulheres de participar na política, com toda a sua plenitude, na vida e na construção do país. É, pois, uma luta pela implementação e o exercício real da nossa democracia participativa que não teria expressão se dela estivessem ausentes as mulheres, as quais constituem a maioria da população” (Camacho, 2010, p.15).

Na luta pela libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, organizada pelo PAIGC, as mulheres cabo-verdianas encontraram um grande impulso para a luta pela sua emancipação. Como aponta Monteiro (2009, p. 75), a presença dessas mulheres foi essencial. Elas desempenharam um papel fundamental não apenas contra o inimigo, mas também no apoio

total à causa, ajudando os homens na luta pela independência. Os dados apresentados por Jorge Santos, na abertura de um seminário sobre a Participação Política das Mulheres em Cabo Verde, indicam um progresso significativo na representatividade das mulheres no parlamento, como podemos observar nos seguintes dados publicados em panapress e Cabo Verde infor.

“Em 1995, a representatividade foi de 12,5%; em 2001, 11,1%; em 2006, 15,3%; em 2011, 20,8%; em 2016, 23,6%. Na eleição de 2021, as mulheres ocuparam 38,9% dos assentos no parlamento cabo-verdiano, um avanço significativo, que superou a média regional” (Panapress e infoCV, 2019).

De acordo com dados citados nota-se que as mulheres de Cabo Verde conquistaram seu espaço e estão presentes em diversos setores do país. Em comparação com esses países lusófonos, a Guiné-Bissau ainda apresenta números muito inferiores em termos de representatividade feminina nos assentos parlamentares. Apesar do aumento de número de deputadas na Assembleia Nacional Popular (ANP) após as eleições legislativas do ano “de 2004, mostra as mulheres prosseguir inferior ao dos homens, e dá-se um aumento de 46% (de sete para treze deputadas) dentro de ANP, deixando o país no 121.º lugar no ranking da representatividade das mulheres a nível mundial (Interparlamentar Union, 2004, apud Té e Artemisa Monteiro 2024, p, 13).

Esse progresso, Segundo Té e Artemisa Monteiro (2024), embora significativo em relação a eleições anteriores, está aquém da meta de 40% de participação feminina nas estruturas do PAIGC durante a luta pela independência, meta que foi implementada nas áreas libertadas, ainda eles destacaram que,

“Os fatos mostram que, de 1973 a 2023, quando fazemos uma (...) comparativa entre o regime do partido único e o sistema multipartidário, fica claro, que, no primeiro, as mulheres atingiram uma média de 13,91% enquanto no segundo 11,01%. Isso demonstra que as eleições multipartidárias e democráticas não têm levado imediatamente uma maior representação de mulheres na Guiné-Bissau, conforme atestam os dados estatísticos (...), os dados evidenciam que, durante o período 1973-2023, em média, as mulheres ocuparam 12,5% enquanto os homens ocuparam 87,5% dos mandatos no parlamento”, (Té; Monteiro 2024, p, 19).

Embora a Guiné-Bissau tenha demonstrado progresso na representação feminina no parlamento, sua posição global ainda permanece baixa. Isso indica que, apesar do aumento numérico, o país ainda está distante de alcançar a igualdade de gênero na política. A referência à meta de 40% do PAIGC durante a luta pela independência ressalta uma ambição histórica que não se traduziu plenamente na realidade atual.

7.3 DESAFIOS DAS MULHERES GUINEENSES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

A Guiné-Bissau, embora seja considerada uma República Soberana, Democrática, Laica e Única, ainda enfrenta desafios significativos na luta pela igualdade de gênero, especialmente nas áreas de educação, representação política e nas questões econômicas e sociais. As mulheres guineenses, apesar dos avanços legislativos, continuam a enfrentar obstáculos substanciais para conquistar seu espaço na Assembleia Nacional Popular (ANP).

Apesar da Lei de Paridade, que visa promover a igualdade de gênero nas listas de candidaturas a deputados, o acesso das mulheres aos espaços de tomada de decisão continua sendo limitado por barreiras estruturais. O Boletim Oficial da Guiné-Bissau (2018) afirma que a Lei de Cotas, aprovada pelo presidente José Mário Vaz, garante uma representatividade mínima de 36% de mulheres na ANP. Contudo, embora essa lei tenha o objetivo de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres nas esferas de decisão, ainda é comum que, quando mulheres alcançam posições de destaque, ou ocupam os mesmos espaços que os homens, haja uma reação de surpresa. Surgem questionamentos sobre sua capacidade: “Será que ela é capacitada?” Ou “Teve algum tipo de favorecimento?”. Muitas vezes, essas suspeitas se relacionam à sua competência, insinuando que ela teria alcançado o cargo por meio de conexões pessoais, e não por méritos próprios.

As mulheres que desafiam as estruturas sociais e rompem com o estereótipo tradicional da mulher, cuja função se limita ao espaço doméstico, buscando posições de poder, enfrentam grandes desafios. A resistência a essa mudança de paradigma reflete uma sociedade que ainda encontra dificuldades para reconhecer o potencial pleno das mulheres nas esferas públicas e políticas.

Paulina Chiziane (2015) destaca a dupla jornada enfrentada pelas mulheres na sociedade, onde elas devem lutar para alcançar o mesmo reconhecimento dos homens, especialmente em posições de poder, em vez de receberem suporte profissional adequado, muitas vezes as mulheres se deparam com propostas sexuais e convites de jantar, onde a ajuda é oferecida como uma moeda de troca. A autora acrescenta que, infelizmente, muitas pessoas ainda acreditam que as mulheres não são capazes de ocupar essas posições. Essa prática, deploravelmente, não se limita ao âmbito individual, mas também se estende a diversas instituições, como partidos políticos e organizações da sociedade civil.

A crítica de Chiziane se torna ainda mais incisiva ao revelar a falta de apoio e a dificuldade de acesso das mulheres a oportunidades, mesmo em contextos que deveriam ser mais favoráveis à sua inclusão. A organização “Mindjers di Guiné, No Lanta” (As Vozes das Mulheres) destaca que a representatividade feminina na política é extremamente baixa, com poucas mulheres ocupando cargos de destaque, como candidatas ou governantes. Para muitos,

a política ainda é vista como uma atividade exclusiva dos homens (TSF Rádio Notícias, 2018). Nesse sentido, a UNIOGBIS (2019) contesta essa visão, afirmando que todo cidadão (ou cidadã) tem o direito de participar livremente no governo de seu país, seja diretamente ou por meio de representantes eleitos. No entanto, a realidade é que a maioria dos representantes continua sendo composta por homens, e as mulheres ainda não têm as mesmas oportunidades de ascensão parlamentar e profissional.

De acordo com Conceição (2013), as mulheres em Moçambique, embora tenham alcançado avanços na emancipação, ainda enfrentam grandes desafios para terem suas vozes ouvidas em questões como agricultura, desemprego, acesso à educação, violência doméstica, expropriação de terras, entre outras questões. Essa situação é semelhante à das mulheres guineenses, o que exige atenção urgente e ações concretas para garantir a participação plena das mulheres na vida pública do país. A representatividade feminina na ANP tem sido historicamente baixa, refletindo uma grande desigualdade entre homens e mulheres.

Por outro lado, Francisca Vaz, representante do Conselho das Mulheres e Raparigas Guineenses, revelou à DW África que nenhum dos 24 partidos políticos da Guiné-Bissau cumpriu a lei de representatividade feminina nas listas de candidatos a deputados. De acordo com a lei publicada no Boletim Oficial, os partidos deveriam garantir uma porcentagem específica de mulheres candidatas, mas até hoje, esse objetivo não foi alcançado. Um quadro comparativo entre 1994 e 2023 revela a disparidade na participação feminina no parlamento guineense. Desde a implementação da democratização até o momento atual, a participação feminina tem se mantido significativamente inferior à masculina, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 2- Dados quantitativos de representatividade de homens e mulheres no parlamento, (ANP) entre 1994 à 2023.

Período eleitoral	Número total de homens eleitos	Número de mulheres Deputadas	Porcentagem total de mulheres eleitas em cada eleição
1994	93	7	7%
1999	92	8	7,8%
2004	86	14	14%
2008	89	11	11%
2014	88	14	13,7%
2019	88	14	13,7%
2023	91	11	10,8%

Fonte adapta: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

A tabela apresentada nos leva a questionar o número de mulheres no parlamento guineense e as causas que originaram essa baixa representatividade e falta de oportunidades para as mulheres, tanto na Assembleia Nacional Popular (ANP) quanto em outras instituições do Estado. Em contraponto, a agenda 2063 da União Africana (2021) busca um progresso inclusivo, priorizando direitos humanos, igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, para que a sua representação nos governos e em parlamentos se aumenta. Desde a introdução das eleições multipartidárias em 1994 até a décima primeira legislatura em 2023, a presença feminina na ANP continua sendo inferior à dos homens.

Para reforçar essa ideia, Mariato Ferreira (2024) aponta que, formalmente, não há leis que impeçam as mulheres de participar ativamente na política. No entanto, ela mostra que na prática, as mulheres são excluídas pela sociedade, que justifica essa exclusão com os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, como as obrigações familiares e a sobrecarga de trabalho doméstico. Esse desequilíbrio cria um obstáculo significativo, dificultando a dedicação das mulheres ao exercício da carreira política. A necessidade de conciliar as exigências profissionais com os papéis privados torna-se um fator limitante, impactando a participação política e o avanço das mulheres nesse campo (Casimiro, 2004 apud Ferreira, 2024).

De acordo com o relatório da LGDH (2010/2012), essa atitude da sociedade demonstra uma clara insensibilidade em relação aos valores da igualdade de gênero, que são garantidos pela Constituição da Guiné-Bissau e por diversos textos internacionais ratificados pelo país. Essa percepção, muitas vezes baseada em preconceitos de gênero, dificulta o diálogo sobre a igualdade de condições e a necessidade de mudanças profundas para garantir uma participação política mais concreta e inclusiva.

Em sua análise sobre a atuação da UDEMU (União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau), Patrícia (2013) revela os desafios enfrentados na implementação de políticas e direitos das mulheres. Ela aponta que a organização ficou limitada na sua capacidade de resposta às novas exigências e não cumpriu as metas do PAIGC para a emancipação feminina. A falta de apoio necessário do movimento de libertação dificultou o combate à opressão feminina. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de ações coordenadas e eficazes para garantir a participação plena das mulheres na vida pública do país.

A Constituição da Guiné-Bissau, em seus artigos 24 e 25, garante a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural. No entanto, a persistência de estereótipos de gênero, a falta de acesso à educação e oportunidades políticas, e a discriminação e violência contra as mulheres continuam sendo obstáculos significativos, impedindo a participação plena das mulheres na ANP.

Toda essa atuação nos mostra claramente a falta de vontade governativa dos partidos políticos. Nesse caso nota-se que a democracia e a igualdade só funcionam no momento das campanhas eleitorais, como podemos observar embaixo:

A percepção de que as mulheres desempenham um papel importante na política, devido ao seu engajamento ativo nas campanhas eleitorais, é largamente difundida. Mas na realidade, observa-se que esse engajamento, que se traduz pela responsabilização das mulheres em todas as atividades ligadas à logística e à cultura, limita-se a papéis auxiliares que lhe conferem raramente acesso à tomada de decisão (Guiné-Bissau, 2018, p. 18).

Fora disso, não funciona mais. As campanhas eleitorais não são e nem serão solução para a resposta aos problemas das mulheres guineenses se continuar sendo silenciada na ANP. Como é que o Supremo, perante uma lei aprovada pela Assembleia Nacional Popular, não se coibiu de fazer valer essa lei?", questiona, Isabel Almeida, coordenadora da organização feminina “MIGUILAN”, significa (Minereis Di Guine No Lanta (Mulheres Da Guine, Levantemo-Nos) e ainda ressalta que:

O retrocesso "deve-se fundamentalmente às dificuldades de continuar a sensibilização e monitoria". A responsável lembra que o país ficou "sem atividade parlamentar, (...) Isso impossibilitou a implementação de toda uma agenda que estava prevista" (DW, Internet).

“Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes causa amargura, da forma como pensam e sentem, ninguém o fará da forma como elas desejam”, frisou Chiziane (2013, pp. 202-203). Esse pensamento destaca a necessidade de dar voz às mulheres e empoderá-las para que possam exigir e buscar as mudanças que necessitam em sua sociedade. É fundamental que a Guiné-Bissau implemente políticas públicas eficazes para promover a igualdade de gênero e a participação política das mulheres. Ações como cotas para mulheres em cargos eletivos, programas de treinamento político para mulheres e campanhas de conscientização sobre a importância da participação política feminina são essenciais para combater e minimizar os desafios enfrentados pelas mulheres. Tais iniciativas são cruciais para garantir uma representatividade feminina sólida e consistente na Assembleia Nacional Popular (ANP) e em outras esferas de poder.

7.4 PRESENÇA FEMININA NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA GUINÉ-BISSAU

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ), como a instância máxima do sistema judicial, deveria ser um símbolo de igualdade e justiça, representando todos os cidadãos guineenses, independentemente de gênero. No entanto, conforme destacado no relatório do Tribunal Constitucional (2010), desde a sua criação em 1977, o STJ tem sido majoritariamente composto por homens. Até 2010, apenas uma mulher havia ocupado o cargo de Presidente do STJ, e mesmo assim, não concluiu seu mandato. Essa realidade levanta questionamentos sobre a representatividade feminina e a igualdade de gênero no contexto judicial da Guiné-Bissau.

A fraca presença de mulheres em posições de poder no STJ reflete a profunda desigualdade de gênero presente na sociedade guineense. Ângela Davis (2016) ressaltou que, historicamente, as mulheres eram vistas apenas como unidades de trabalho lucrativas ao lado dos homens, desconsiderando suas características e necessidades específicas. Essa visão ainda persiste em muitos contextos africanos, sendo um obstáculo significativo para que as mulheres ocupem espaços de poder e decisão.

Esse cenário prejudica a justiça, especialmente em relação àquelas leis e políticas que buscam combater a invisibilidade das mulheres e garantir que elas tenham a oportunidade de demonstrar suas capacidades. Mesmo com a existência de leis e tratados internacionais que protegem os direitos das mulheres, a prática da repressão e a discriminação de gênero continuam sendo uma realidade. As mulheres enfrentam diversas realidades, muitas vezes diferentes das dos homens, dependendo do local em que se encontram, o que evidencia a desigualdade no acesso aos direitos e à justiça.

Estes dados estatísticos sobre a participação das mulheres nas instâncias de decisão demonstram que a problemática dos direitos humanos das mulheres e da questão da sua representatividade, bem como as preocupações e opiniões relativamente às questões de interesse nacional e as suas prioridades para o desenvolvimento do país, raramente são colocadas na agenda política dos partidos políticos e dos responsáveis das diferentes instituições públicas do Estado (LGDH, 2012, p.42).

Paulina Chiziane (2013) destaca a presença histórica das mulheres em posições de poder, como rainhas, imperatrizes, embaixadoras e ministras. No entanto, atualmente, a participação feminina em cargos de poder, como no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), revela uma falta de priorização da presença feminina na esfera jurídica, um reflexo de uma realidade que ainda carece de maior engajamento com a igualdade de gênero. A autora observa que as mulheres já exerceram poder máximo, impondo a lei no país, mas, ao longo dos anos, essa presença foi diminuindo.

Na Guiné-Bissau, antes do golpe de Estado de 2012, a existência de Ministérios como o da Mulher, Família, Coesão Social e Luta Contra a Pobreza havia favorecido uma maior inclusão feminina no governo. Contudo, a extinção deste ministério durante o golpe representou um retrocesso significativo na participação das mulheres na política e na promoção da igualdade de gênero, conforme o relatório da LGDH (2010/2012).

Embora tenha ocorrido um leve aumento na presença feminina no sistema judicial desde os anos 2010, a representatividade das mulheres continua extremamente baixa, especialmente em tribunais regionais, setoriais e no Ministério Público. O relatório da LGDH (2010/2012, p, 41) revela que,

“O poder judicial não é imune a tendência da disparidade do gênero no acesso a instâncias públicas: num total de 50 juízes, 14 são mulheres (28%). Constatase, no entanto, nos últimos anos um crescente número de juízas nos Tribunais Regionais (7), no Tribunal dos Menores (4) e no Tribunal do Comércio (2). Contudo, nos tribunais regionais e setoriais a presença das mulheres continua insignificante. No Ministério Público, as mulheres ocupam apenas 13% entre as várias categorias existentes, tais como delegados, procuradores da república e procuradores gerais adjuntos”.

Da premissa de que a integração de mais mulheres na instância máxima da justiça guineense precisa ser refletida num passo importante para garantir a representatividade e a capacitação das mulheres na elaboração das leis. Como foi ressaltada pela União Africana (2021), o órgão principal da ONU, para a promoção de mais mulheres e meninas, onde propõe medida para combater a falta de mulheres nas instituições e entre outros, como violência e a discriminação contra elas em todos os contextos, principalmente dão elas direito de trabalho, vida pública e política. Contudo, essa inclusão também pode favorecer o avanço para garantir a legitimidade do órgão, promovendo a inclusão social e reforçando a ideia de justiça imparcial e representativa. A luta pela justiça social, o reconhecimento e a conquista de espaços de poder são fundamentais para garantir os direitos das mulheres e sua presença nas instâncias decisórias do país. “A Agenda 2063 apela à atribuição de, pelo menos, 25% dos contratos públicos a empresas de mulheres, contudo, é dado menos de 1% de contratos públicos às empresas de mulheres. Temos de mudar isto” (União Africana 2022, p,27)

Entretanto, a ausência feminina na negociação e elaboração da Constituição contraria uma das expectativas da formação da constituinte, que deveria refletir a representatividade da sociedade, como aponta Heloísa (2021). A diferenciação de não reconhecer a necessidade da presença feminina na estruturação da lei maior revela um obstáculo significativo.

O relatório da LGDH (2010/2012) enfatiza que a separação e a independência do poder judicial em relação aos demais poderes do Estado são essenciais para garantir a administração

de uma justiça imparcial, promovida pelos magistrados em nome dos cidadãos. A Constituição da Guiné-Bissau também permite a criação de tribunais para lidar com disputas sociais, conforme destaca a Relatora Especial Monica Pinto (2016). Além disso, o Conselho Superior da Magistratura gerencia a carreira dos juízes, incluindo nomeações, promoções e disciplina, enquanto o Ministério Público, chefiado pelo Procurador-Geral da República, representa o interesse público e social em ações penais.

A presença de mais mulheres na magistratura é vital, pois traz perspectivas diferenciadas, especialmente em casos sensíveis a questões de gênero e justiça social, contribuindo para decisões mais equilibradas e justas. Isso é particularmente importante considerando a realidade da justiça tradicional, onde a sub-representação feminina na liderança continua sendo um desafio significativo.

8 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho será uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, com o objetivo de analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política da Guiné-Bissau. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa lida com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando profundamente as relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Como parte da abordagem metodológica, serão realizadas entrevistas com dez (10) mulheres guineenses que atuam em diversas instituições, como partidos políticos, Assembleia Nacional Popular, Supremo Tribunal de Justiça e ministérios do governo. Além disso, a pesquisa incluirá entrevistas com profissionais envolvidas em questões de gênero, como conselheiras, deputadas, ativistas feministas, funcionárias públicas, entre outras. A distribuição das entrevistas entre as mulheres será justa nos setores mencionados. Priorizaremos quartos partidos políticos — PAIGC, PRS, MADEN-G15 e MSD —, devido à sua força e influência histórica no cenário político do país, isto é, referindo as mulheres com experiência política diversificada. No Supremo Tribunal de Justiça e Assembleia Nacional Popular, serão entrevistadas juízas e procuradoras de Estado com experiência prática na problemática em questão. Entrevistaremos mulheres destas instituições devido a importância que tem na configuração e a representação do poder político, por exemplo, no caso da Assembleia Nacional Popular que é um órgão legislativo e representante do povo no sistema governamental guineense. Quanto à faixa etária, serão consideradas mulheres entre 35 a 60 anos tendo em conta os novos desafios políticos acionados a camada juvenil e os contingentes históricos que sustentam as desigualdades de gênero neste país.

As entrevistas serão abertas e semiestruturada, conduzidas por meio de perguntas focadas no impacto da representatividade feminina na política guineense. A entrevista semiestruturada “é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emitilas” (Antônio Chizzotti, s/d, p. 56). As questões serão divididas em cinco tópicos, abordando a análise do processo de aprovação e os critérios de avaliação, além de relatos sobre as dificuldades enfrentadas durante o processo de candidatura. Isso permitirá que a pesquisadora identifique e descreva os desafios de inserção das mulheres na política entre os anos de 2014 a 2023.

A pesquisa contará com uma abordagem bibliográfica, que é fundamental para qualquer investigação científica, pois serve como base para a coleta de dados e o desenvolvimento de novas ideias e teorias. A pesquisa descritiva, por sua vez, visa descrever as características de uma população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis. Cada um desses métodos está vinculado a uma corrente filosófica que busca explicar como o conhecimento sobre a realidade é processado, utilizando técnicas de coleta de dados padronizados (questionários, observação), e geralmente assume a forma de levantamento (Gil, 2008).

Neste contexto, as perguntas preparadas irão abordar os desafios e conquistas da representatividade política feminina na Guiné-Bissau. Desde o início do período multipartidário, o país ainda enfrenta uma carência de mulheres na representatividade política no parlamento. Embora esse período deva ter aumentado a inclusão feminina. As perguntas se concentrarão em questões sobre:

- a) O que motivou a sua inserção na política?
- b) qual foi a sua trajetória até se tornar uma participante ativa na política?
- c) quais são as principais dificuldades que você enfrenta para se manter na esfera política da Guiné-Bissau?
- d). Qual é o seu papel específico no cenário político atual?
- e) Você já ocupou uma posição de destaque no seu partido, sendo responsável por decisões importantes na política?

Além disso, serão consultados textos, livros, artigos, dissertações, teses e outros documentos relevantes sobre a representatividade das mulheres na política da Guiné-Bissau, para aprofundar a análise do tema.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo Companhia das Letras, 2015.

ANEME. **Estudo Guiné-Bissau: enquadramento, perspectiva de desenvolvimento, levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais: Lisboa Pólo tecnológico de Lisboa**, 2018.

ARENDT, H. **O que é política?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.

AMEDEIA, A. S.C. **A Rádio Como Instrumento Pedagógico De Difusão Dos Direitos Humanos: A Mobilização Política Da Mulher Guineense: Dissertação (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciências da Comunicação e da Cultura Lisboa** 2014.

BIROLI, F. **Teorias Feministas Da Política, Empíria E Normatividade**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 1, p. 173-210, 2017.

BOBBIO, N. Política e moral. In: BOVERO, M (org.). **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau publicou em 2018. Decreto nº 4/2018.

Disponível em:

file:///C:/Users/AAAA%20AAAKKKKPPPPPO/Desktop/TCC%20I/NOVOS%20TEXTOS%20DE%20TCC/Lei_Paridade%20(1).pdf Acesso:09 abr. 2025

CAMILO, B. **Patriarcado e Teoria Política Feminista: Possibilidades Na Ciência Política: Dissertação Mestrado em (Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais**, 2019.

CAMACHO, E. B. **A participação das mulheres na política em Cabo Verde (1975 - 2006): Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Departamento de ciências sociais e humanas dos UNICV, Praia**, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas E Sociais - 2ª. ed** Cortez Editora S/d? Disponível em:

https://www.academia.edu/38702337/Ant%C3%B4nio_Chizzotti_PESQUISA_EM_CI%C3%80NCIAS_HUMANAS_E_SOCIAIS_2a_edi%C3%A7%C3%A3o_CORTEZ_EDITORA. Acesso: 11 maio 2025.

CÂMARA, Heloisa Fernandes. **CONSTITUIÇÃO TEM GÊNERO? PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE**. In RODRIGUES, Patrícia Pacheco, ALVES, Samira Rodrigues Pereira (org). **A CONSTITUIÇÃO POR ELAS: a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, UNINOVE. 2021.

CANDÉ, M, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) – Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**. Salvador, 2013.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... Por uma nova visão do mundo. Abril: **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana** da UFF, v. 5, n. 10, 2013.

CONCEIÇÃO, da Íris and José Reich Quenane: **Representação Política das Mulheres no Parlamento Moçambicano** Análise sobre o Acesso e Exercício do Poder Legislativo, 2004-2012, Maputo 2013.

DARAME; B. **Instabilidade político-institucional e políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) UNILAB, Redenção, 2023.

DAVIS. Angela: **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DJALÓ, D. **Participação feminina na política da Guiné-Bissau: desafios e Perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) UNILAB, Redenção, 2018.

DJATA, B. **A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA GUINEENSE PÓS-ABERTURA DEMOCRÁTICA (1994 - (2014))**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidades) UNILAB, Redenção, 2018.

DW.Africa. Disponível em:[https://www.dw.com/pt-002/lei-que-garante-mulheres-na-pol%C3%ADtica-n%C3%A3o-%C3%A9-respeitada-na-guin%C3%A9-bissau/Acesso31 de janeiro/2025](https://www.dw.com/pt-002/lei-que-garante-mulheres-na-pol%C3%ADtica-n%C3%A3o-%C3%A9-respeitada-na-guin%C3%A9-bissau/Acesso31%20de%20janeiro/2025)

FERREIRA; M. A (Sub-) **Representação Política Das Mulheres Guineenses Na Assembleia Nacional Popular Da Guiné-Bissau (1994-2019)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidades), UNILAB Malês - BA,2024.

PANAPRESS. 2019..DisponívelEm :<http://www.caboverde-info.com/Noticias/Representacao-de-mulheres-no-Parlamento-em-Cabo-Verde-aquem-da-meta-diz-parlamentar>.Acesso no dia 05 de fevereiro 2025.

GABINETE INTEGRADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM GUINÉ-BISSAU (UNIOGBIS). **UNIOGBIS capacita mulheres para uma maior participação na política e esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. 2016.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, P. A. G. **As outras vozes”**: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.

GOMES. P. G. **Na senda da luta pela paz e igualdade**. O contributo das mulheres guineenses.2013. Disponível em:<http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-ocontributo-das-mulheres-guineenses>. Acesso em:0 6 fev.2025.

GUINÉ-BISSAU. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. 2018. Disponível em: https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-Guinea-Bissau_Fala_di_Mindjer-Web-v10.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

GUINÉ-BISSAU. **Estatísticas nacionais oficiais**. 2023. Disponível em: <https://pt.knoema.com/atlas/Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GUINÉ-BISSAU: **partidos e Supremo “ignoram a lei de paridade.**

2023.Disponível em:<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-pr%C3%B3ximo-parlamento-poder%C3%A1-ser-o-pior-na-igualdade-de-g%C3%A9nero/a-65663944>/Acesso em:20 jan. 2025.

GUINÉ-BISSAU. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010-2012.**

GUINÉ-BISSAU. Relatório Uniogbis. **O Direito Humano de Participar nos Assuntos Políticos e Públicos na Guiné-Bissau 2019.**

GUINÉ-BISSAU. **Relatório Tribunal Constitucional.** Lisboa,2010.

IÉ, N. C. **Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991- 2019).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, UNILAB, São Francisco do Conde-BA, 2019.

KARBERG, S. **Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique,** FES - 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINOGUE, K. **Política:** uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: ZAHAR, J. ed., 1998.

MONTEIRO, E. F. **Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais:** uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV), 2009.

PINTO. M. **Relatório da Relatora Especial sobre a independência dos juízes e advogados,** Guiné-Bissau, 2016.

SALAMI. M. 2017.Disponível em<https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-histria-do-feminismo-africano>. Acesso no dia 10/02/2025.

TÉ. P. A. MONTEIRO. A. O. C. Participação política na Guiné-Bissau: uma análise da presença das mulheres no parlamento (1973-2023). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 10, n. 2, 2024.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS. **Mulheres guineenses são marginalizadas na tomada de decisões-estudo.**2018.Disponível em:<https://observador.pt/2018/03/21/mulheres-guineenses-sao-marginalizadas-na-tomada-de-decisoes/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Quadro de Resultados de Género da União Africana 2021.**Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/42730-doc-04_UNWOMEN_-_AU_Gender_Scorecard_Report_-_Portuguese_Versio. Acesso em: 08 jun. 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Mulheres de Impacto:** histórias Inspiradoras de Mulheres Líderes Africanas. Documento publicado por: Comissão da **União Africana-** Direcção de Mulheres, Género e Juventude (WGDD) Comissão da União Africana, 2022.

WINTER, L. M. A Concepção de Estado e de Poder Político em Maquiavel. **Tempo da Ciência**, v.. 13, n. 25, p. 117- 128.